



Zoneamento turístico em Áreas Naturais Protegidas: um diálogo entre conservação, oferta de atrativos e perfil da demanda ecoturística

*Zoning touristic in Protected Natural Areas: a dialogue between conservation,
supply of attractive and ecotourism demand profile*

Luis Henrique de Souza, Marcus Vinicius Noronha de Oliveira

RESUMO

As Áreas Naturais Protegidas (ANP's) apresentam vocações singulares para a prática do ecoturismo, suscitando a dialética entre as funções intrínseca e utilitária destes territórios e revelando preocupações com a conservação do acervo biótico e abiótico e com a sensibilidade do tecido social local. Em função dos impactos negativos provocados pelo turismo e a necessidade de estabelecer instrumentos que viabilizem na prática as premissas da sustentabilidade, advoga-se uma maior relevância quanto à aplicação de modelos de gestão do turismo em ANP's. Neste sentido, o presente artigo realiza uma abordagem que aproxima a oferta de atrativos das ANP's com diferentes perfis da demanda ecoturística, com o objetivo de apresentar uma proposta de Zoneamento turístico, tendo como estudo de caso o Parque Nacional da Serra de Itabaiana (PARNASI) no estado de Sergipe. Para tanto, utilizou-se uma metodologia de estudo descritivo, mediante a coleta de dados por entrevista e observação direta, além de pesquisa documental. A literatura apresenta diversas tipologias de perfis de ecoturistas e neste trabalho serão detalhados os estudos de Fernie que classifica a demanda ecoturística em Eco-Especialistas, Eco-Intermediários e Eco-Generalistas. Para estabelecer a correlação entre as atividades preferenciais destes perfis e Zoneamento turístico, foi utilizado o modelo ROS (Recreational Opportunity Spectrum). Encontram-se no PARNASI um conjunto de atrativos e infraestruturas, em Zonas específicas, que podem ser direcionados para perfis específicos como o Eco-Generalista, Eco-Intermediário e o Eco-Especialista e suas respectivas motivações para distintas atividades como picnics, contemplação, educação ambiental, caminhadas, esportes radicais, etc. Os resultados mostram o contributo potencial das estratégias de Zoneamento turístico para a conservação e melhoria da experiência turística, através da conciliação entre o perfil do ecoturista e a oferta de atrativos naturais das ANP's.

PALAVRAS-CHAVE: Áreas Naturais Protegidas; Zoneamento Turístico; Perfil da demanda Ecoturística.

ABSTRACT

The Protected Natural Areas (PNA's) have singular vocation for ecotourism, highlighting the dialectic between intrinsic and utilitarian functions of these territories and revealing concerns about the conservation of the biotic and abiotic collection in addition to the sensibilities associated to the social tissue from the locals communities. Due to the negative impacts caused by tourism and the need for tools that put in practice the premises of sustainability, it's important to defend a greatest relevance about the application of management models for tourism in PNA's. In this sense, this paper develops an approach that converge the attractive offer from PNA's with different profiles of ecotourism demand, with the aim to present a proposed tourist Zoning, as a case study the National Park Serra de Itabaiana (PARNASI) in the Sergipe state . For this purpose, we used a descriptive study methodology, data collection through interviews and direct observation, and also documentary research. The literature presents various types of ecotourist profiles and this work will detail the Fernie's studies which ranks ecotourism demand in Eco-Experts, Eco-intermediates and Eco-generalists. To establish the correlation between the preferred activities of these profiles and tourist Zoning, it was used the Recreational Opportunity Spectrum (ROS). It is in PARNASI a set of attractive and infrastructure in specific areas, which can be targeted to specific profiles such as Eco-Generalist, Eco-Intermediate and Eco-Expert and their motivations for different activities as picnics, contemplation, environmental education, trekking, sports, etc. The results show the potential contribution of tourism Zoning strategies for the conservation and improvement of the tourism experience, through conciliation between the profile of the ecotourist demand with the supply of natural attractions of the NPA.

KEYWORDS: Protected Natural Areas; Tourist Zoning; Ecotourist Demand Profile

Introdução

A prática do turismo em Áreas Naturais Protegidas (ANP's) ou Unidades de Conservação (UC's) reacende os debates e os conflitos no âmbito dos valores intrínseco e utilitário destes territórios. Uma ANP abriga bens de valor universal muitas vezes com ocorrências de fenômenos ou de manifestações da natureza considerados únicos e, por este raciocínio, estes espaços são relacionados aos últimos resquícios de "tesouros" biofísicos da Terra.

As ANP's povoam o imaginário das pessoas sobre diferentes perspectivas.

Para muitas sociedades ancestrais, algumas destas visões projetavam representações de culto ao sagrado, evocando-se a natureza como criação divina e singularizando um espaço mítico a ser respeitado tanto quanto temido. Há também a perspectiva “romântica”, encontrada não só no imaginário ancestral mas também na contemporaneidade, com alusões relativas ao santuário de belezas cênicas, ao refúgio, à pureza e ao bucolismo. Nesse contexto, as visões sagradas e românticas convergem para vertentes mais tangíveis, atribuindo-se às áreas naturais um valor intrínseco.

Na teia de evocações sobre o imaginário dos parques figuram elementos essenciais como os ecossistemas, as paisagens, a fauna e flora, os rios, as cascatas, os lagos, a vida selvagem, os solos, as rochas, as montanhas, o patrimônio histórico cultural, entre outros, para os quais devem convergir “atitudes de proteção”. Neste sentido, emerge o termo “área natural protegida” e a sua concepção segundo a qual nesse espaço deve ser instituída a proteção dos seus elementos bióticos, abióticos e patrimoniais, revestidos de importância e valoração universais. Na sua origem etimológica, a palavra proteger vem do latim *protegere*¹, que significa abrigar e, portanto, as áreas naturais necessitam de “abrigo” face às variantes impressas pelo tempo.

Destarte, o espaço natural é superado nas suas dimensões físicas e evolui para valores representativos do interesse coletivo. A ANP assume proporções monumentais e simbólicas, conforme a expressão de Alexandre von Humboldt: “monumentos da natureza” referenciada por Richez (1992). O território, pelo seu mosaico de valores, necessita transpor as barreiras do tempo, cuja trajetória imprime mudanças nos sistemas produtivos e no próprio sistema de valores das sociedades.

A eleição de territórios ou espaços considerados representativos dos valores universais acompanha o homem desde a ancestralidade² e, de modo semelhante, a produção literária europeia e americana nos séculos XVIII e XIX retratam a proteção das áreas naturais. Homens de cultura, políticos, artistas e cientistas corroboravam com a imperiosa necessidade de proteger os espaços naturais. Alexander Von Humbolt (1769-1859), eminente naturalista e geógrafo, é considerado um pioneiro da ciência moderna da Ecologia pelos seus relatos de paisagens naturais. O livro de Henry Thoreau (1817-1862) *Walden ou la vie dans les bois* é um canto de retorno à natureza. Os livros de George P. Marsh (1801-1882) *Man and nature* e *The earth as modified by human action* são obras pioneiras sobre o ideal de proteção e conservação, introduzindo a noção de valor intrínseco da natureza (RICHEZ, 1992).

As primeiras iniciativas de conferir um regime e estatuto legais a um território natural e de classificá-lo como “protegido” surgem nos Estados Unidos, no século XIX. Em 1864, o Presidente norte-americano Abraham Lincoln assina um Ato

do Congresso, cedendo o Vale de Yosemite e o Bosque das Mariposas para uso público (Philips, 1997). Em 1872, é criado, no Estado americano de Wyoming, o primeiro parque nacional, Yellowstone (Fennel, 1999; Richez, 1992; Philips, 1997). Segundo Fennel (1999, p.78), Yellowstone foi concebido para a “prevenção da exploração da vida selvagem e do meio ambiente, com propósitos de recreação e finalmente para a investigação científica”. Facultava à população o direito de exercer atividades lúdicas de recreação junto da natureza, num espaço distinguido por árvores de grande porte, *canyons* e *geysers*. Para Henry Thoreau, a criação deste parque associa-se à mentalidade americana da época, embebida num ideal de democracia, através da abertura de espaços naturais ao público, em contraste com a prática europeia de espaços fechados para uso exclusivo dos ricos e poderosos (PHILIPS, 1997). Acresce, também, o fato dos Estados Unidos ser um país novo e pobre em catedrais góticas, castelos e palácios suntuosos, assim, o advento de um parque nacional viria a preencher essa lacuna simbólica de monumento nacional ao povo americano (*Ibidem*).

A visão idílica das paisagens naturais e o exacerbar dos seus valores ecológicos são perspectivas motivadas pelo modo de vida urbano o qual o homem tem se subjugado. As cidades e suas marcas indeléveis de problemas sociais, as cargas horárias laborais, a violência instaurada e o caos do trânsito representam flagelos para o homem urbano contemporâneo. Estes fatores, além das ameaças resultantes do aquecimento global e os níveis elevados de poluição, conduziram a um novo “olhar” para as ANP’s, traduzido pela busca “frenética” da natureza com seus últimos resquícios de beleza cênica e catedral de recursos naturais únicos.

De fato, o homem pós-moderno segue gerando mais e mais necessidades quase sempre formatadas no uso do patrimônio natural e dos recursos limitados da crosta terrestre. Dentre estas necessidades, constata-se a crescente demanda pelo turismo de natureza, notadamente em ANP’s, exigindo-se, portanto, medidas que visem ampliar os benefícios proporcionados à base local, numa amplitude de longo prazo, reduzam a ocorrência de externalidades negativas aos ecossistemas e possibilitem uma experiência turística adequada a cada tipo de perfil de visitante das ANP’s. Dessa forma, e em função dos impactos negativos provocados pelo turismo e a necessidade de estabelecer instrumentos que viabilizem na prática as premissas da sustentabilidade, advoga-se uma maior relevância quanto à aplicação de instrumentos de gestão do turismo em ANP’s.

Neste sentido, o presente artigo realiza uma abordagem que aproxima a oferta de atrativos das ANP’s com diferentes perfis da demanda ecoturística, com o objetivo de apresentar uma proposta de Zoneamento turístico para ANP’s, tendo como estudo de caso o Parque Nacional da Serra de Itabaiana (PARNASI) no estado de Sergipe. O artigo se inicia com uma discussão sobre a prática do turismo em ANP’s e segue apresentando uma revisão de literatura sobre perfis da demanda ecoturística e sobre zoneamento turístico em ANP’s. Por fim são apresentados

a Metodologia desta pesquisa e os principais resultados do estudo de caso.

A vocação das Áreas Naturais Protegidas para o turismo

Desde as suas origens, observa-se o apelo à função turística e recreativa das ANP's, com estas atividades ocupando uma posição central, sobrepondo-se à função de conservação. Strom (1980, *apud* WEARING; NEIL 2001, p. 65), faz essa referência ao sublinhar que o Parque Nacional de Yellowstone foi originalmente concebido como “*área de prazer para o proveito e a satisfação das pessoas [...] para grande proveito dos turistas e dos que buscam prazer*”. No entanto, a procura turística por estes parques pioneiros não representava ameaças significativas aos bens naturais protegidos, pela baixa popularidade deste tipo de atividade e as dificuldades de acesso existentes.

Embora a conservação dos valores naturais se constituísse no principal fator para o surgimento das ANP's, o turismo permanecia como um argumento pulsante à criação de parques nacionais, principalmente na Europa após os anos de 1960 (RICHEZ, 1992). Nesta perspectiva, emerge a questão paradoxal que envolve à prática do turismo nas ANP's: existe compatibilidade entre a proteção da natureza e a prática do turismo nas áreas naturais? Uma vez que os espaços classificados e dotados de aparato legal à proteção devem tornar-se imunes à exploração e à degradação, como devem se posicionar as ANP's face ao turismo e ao seu perfil consumista de recursos naturais?

Diante do exposto, a preservação dos recursos naturais de muitas áreas protegidas torna-se algo mítico. Para Wearing e Neil (2001), os parques navegam tanto na acepção de *catedral*, enquanto monumento a ser apreciado e contemplado, como na vertente de *ginásio desportivo*, com amplas possibilidades de atividades. Recentemente, nos sucessivos debates ambientalistas, tem prevalecido a visão antropocêntrica no que respeita à prática do turismo nas ANP's, ao se atribuir valor utilitário à natureza enquanto meio de satisfação das necessidades de recreação humana. Sobre isto, tem-se, por exemplo, o caso brasileiro da Lei 9985/2000 que em seu Art.11 prevê a prática da “*educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico*” (PLANALTO, 2011) nos Parques Nacionais, embora pela mesma legislação, este tipo de Unidade de Conservação seja classificada como Proteção Integral, ou seja permite-se apenas o uso indireto de seus recursos.

Assim, o caráter ecocêntrico e as suas conjecturas em torno dos valores estéticos, espirituais e científicos das ANP's são desvalorizados em função do antropocentrismo que advoga o fim da perspectiva “*santuário*” da ANP. A realidade vigente atua no sentido de reforçar a visão antropocêntrica sobre o turismo nestes territórios. Os recursos financeiros, oriundos dos orçamentos governamentais, tor-

nam-se escassos e as agências de proteção nacionais, responsáveis pelas ANP's, posicionam-se a favor dos apelos "comerciais", auferindo, assim, maiores possibilidades de receita perante os fluxos da demanda turística e oferta de serviços associados. Assim, o turismo é então propagado como um instrumento para a resolução dos problemas financeiros da ANP (STRAATEN, 1997). Tendo em conta este cenário, a defesa das ANP's, assente na sua dimensão "intrínseca", ou filosofia ecocêntrica, revela-se cada vez mais difícil.

Entretanto, a atividade econômica do turismo nas ANP's não pode caminhar para o esgotamento dos recursos naturais, sob pena de extinguir a visitação em função dos altos níveis de degradação alcançados. Diante desta realidade, o turismo nas ANP's deve se projetar como instrumento de conservação dos valores naturais através das receitas geradas. Nas entrelinhas deste processo, figuram-se debates relacionados com o "modo de conservar" em consonância com a necessidade de manter a qualidade cênica da paisagem protegida em longo prazo, para dar a continuidade aos benefícios econômicos proporcionados pelo turismo.

Nestas condições, emerge a necessidade de adequar as ANP's aos princípios e premissas do ecoturismo, redesenhando um modelo de desenvolvimento assente na sustentabilidade. Por seu turno, segundo Souza (2008), para que o ecoturismo compatibilize conservação; valorização dos saberes, tradições e modos de vida da população local; promova educação ambiental; ofereça uma experiência rica em conhecimentos à demanda ecoturística e possibilite benefícios econômicos, a ANP deve ser administrada, supervisionada e controlada rigorosamente, além da manutenção da prática ética que faça ecoar as vozes do modelo de *desenvolvimento* sustentável frente às pressões do modelo antropocêntrico de *crescimento*, embora, de per si, o modelo sustentável de desenvolvimento também se delineia numa formulação antropocêntrica.

O turismo nas ANP's deve se afastar dos antigos paradigmas de desenvolvimento que se baseiam no crescimento econômico e apostar nos modelos emergentes de desenvolvimento, designadamente, o desenvolvimento sustentável, participativo e integrado. Segundo Figueiredo (2003, p.221), o desenvolvimento participativo "*supõe o envolvimento das populações nos processos de desenvolvimento mediante a participação de outros agentes como as ONG's, para além da intervenção do Estado e da iniciativa privada*". De modo semelhante, o desenvolvimento integrado "*sugere que todos os interesses, actores (sic), sectores (sic), territórios, etc. devem ser integrados nos processos de desenvolvimento, segundo uma abordagem que se pretende interdisciplinar e interinstitucional*" (*Ibidem*).

Straaten (1997, p.83), tal como verificado por Figueiredo, afirma que "*um plano separado de desenvolvimento turístico para os parques e outro plano para as regiões rurais não faz sentido*". Nesta perspectiva, observa-se que os problemas das ANP's e do meio rural circundante são os mesmos do ponto de vista economi-

co e, portanto, o estabelecimento de um plano para o turismo nas ANP's deve contemplar o desenvolvimento rural sustentado, participativo e integrado, ilustrado por Figueiredo (2003), sendo este o ponto de partida de qualquer iniciativa.

Straaten (1997) defende também que o *staff* das áreas naturais protegidas reúne *know how* e recursos humanos para conduzir um processo de comunicação e envolvimento dos *stakeholders* com vista ao desenvolvimento de modelos econômicos sustentáveis. Neste mesmo raciocínio, Furlan (2000, *apud* GIRALDELLA; NEIMAN, 2010, p.134) destaca a “*necessidade de se enfrentar o problema fundiário nas ANP's de modo a assegurar uma maior equidade na distribuição dos recursos, com base num caminho democrático de participação social que dê primazia à tomada de decisões acerca dos usos mais adequados do território*”.

O turismo nas ANP's deve respeitar prioritariamente as escalas adequadas ao padrão territorial protegido e as “reais” necessidades da comunidade rural. Para Straaten (1997), o turismo nas ANP's deve dissociar-se dos empreendimentos de grande envergadura, a exemplo das infra-estruturas de massas. Tal posição é corroborada por Wearing e Neil (2001, p.188) ao afirmarem que o “*ecoturismo pede um turismo de pequeno volume*.” A posição dos autores acima converge para a quebra do antigo paradigma assente em “mais turistas, melhor turismo”. As ANP's devem perseguir um turismo com qualidade e com baixo consumo dos recursos naturais. Porém, questiona-se a incompatibilidade da sustentabilidade econômica numa escala reduzida e sua capacidade de gerar rendas, empregos e, conseqüentemente, promover o desenvolvimento do meio rural. Adicionando-se a estes fatores, outras ameaças também põem em causa a sustentabilidade numa escala reduzida do turismo nas ANP's, a exemplo da sazonalidade, das condições climáticas e outras de ordem político-econômica.

No entanto, estes questionamentos também são fruto do raciocínio mecanicista do modelo de crescimento econômico ainda vigente. No sentido de contornar esta questão, Partidário (2003) sugere os seguintes aspectos para garantir um turismo sustentável em espaços naturais: a existência de uma política horizontal e integrada entre território, ambiente e turismo; a consideração dos valores ambientais e territoriais como fatores econômicos; a consideração do potencial turístico como fator ambiental e territorial; um arranjo institucional que dê um contexto lógico e eficaz aos processos decisórios; uma política de incentivos aos setores de desenvolvimento turístico, público e privado.

De forma a complementar a opinião dos autores acima, este artigo também propõe o uso de modelos interdisciplinares, a exemplo da análise e gestão dos fluxos e dos perfis de visitantes, com base nos princípios de segmentação do marketing, como um significativo contributo à conservação dos recursos das ANP's, conforme exposto no item seguinte.

Gestão da demanda ecoturística e seus reflexos na conservação das ANP's e na experiência da visitação.

Os novos modelos em gestão do turismo exploram o marketing de clientes, aproximando oferta e demanda. "Produtos e serviços são cuidadosamente dissecados e refinados para encontrarem as necessidades dos novos consumidores." (POON, 1993, p.86, tradu o nossa). Com base nessa teoria, a estratégia de marketing conhecida por segmenta o, se destaca como importante ferramenta para a gestão do turismo em ANP's.

Em fins da década de 1970, os trabalhos de Cohen propõem que "diferentes tipos de pessoas podem desejar diferentes modos de experiências turísticas". Cohen (1979, apud URIELY, 1997, p.983, tradu o nossa). Esta afirma o caracteriza apropriadamente o perfil do turista pós-moderno em contraste ao arquétipo homogeneizado do turista de massas. Dessa forma, num mercado turístico formado por diferentes tipos de consumidores torna-se cada vez mais importante conhecer os nichos, os comportamentos dos consumidores e as peculiaridades dos mercados, procurando alcançar produtos e serviços cada vez mais personalizados. A segmenta o consiste na a o de identificar e classificar grupos distintos de consumidores, agrupando-os segundo características de comportamento, desejos e necessidades (BULL, 1996).

A segmenta o   considerada uma ferramenta eficaz na gestão de marketing de áreas destino. Middleton (1997) enfatiza que, numa perspectiva de marketing, o papel do desenho do produto desenvolvido em bases da qualidade   refletida na expectativa e entrega aos segmentos de marketing. Para Wheeler (1995) e Kastenholz (2004), a gestão do *marketing* de destinos passa pela sele o de grupos específicos de turistas, baseada em critérios geográficos e psicográficos que refletem em um mix de promo o voltado para unir a destina o com tipos específicos de turistas.

  luz destas teoriza es, no âmbito do Ecoturismo têm são encontradas especificidades as quais geram uma segmenta o   própria modalidade. As referências sobre esta temática são encontradas nos modelos de Laarman e Durst, Lindberg e Fernie sobre as amplitudes de perfis encontrados na atividade ecoturística. Laarman e Durst (1987, apud FENNEL, 1999) desenvolveram uma tipologia para as atividades ecoturísticas enquadrando-as em *Hard* ou *Soft*, conforme os níveis de rigor físico exigidos e associados aos riscos e   aventura; ou quanto ao nível de interesse pelos aspectos relacionados   natureza, integrando recrea o com educa o.

De acordo com Fennel (1999), combina es entre essas possibilidades são frequentes e este autor cita o caso das atividades praticadas por cientistas e investigadores em áreas naturais como proposta de ecoturismo *Hard Dedicated* e *Hard*

Difficult, uma vez que suas viagens são caracterizadas pelo alto nível de interesse nos fenômenos naturais e pela condição física necessária às horas de caminhada pelos ecossistemas, com pernoites em acampamentos improvisados. Em direção oposta, pode-se encontrar o ecoturismo *Soft*, a exemplo das hospedagens em *ecolodges* de selva, onde são oferecidos comodidades e níveis de conforto diante dos ecossistemas florestais e práticas de caminhadas pela floresta em trilhas com infraestruturas de apoio.

Lindberg (1991, *apud* FENNEL, 1999) identificou quatro tipos básicos de ecoturistas, com ênfase na experiência desejada pelos turistas, os locais que desejam visitar e como preferem realizar a viagem. O espectro de perfis delineado no modelo de Lindberg abrange os Ecoturistas radicais, Ecoturistas dedicados, Ecoturistas de atitude natural e Ecoturistas casuais.

A segmentação por perfis da demanda ecoturística também se sobressai nos trabalhos de Fernie, o qual agrupou os ecoturistas nas classes Eco-especialista, Eco-Intermediário e Eco-generalista. Para Fernie (1993, *apud* BOYD; BUTLER, 1996, pp.560-561), os Eco-especialistas são os ecoturistas que praticam a atividade de forma individual ou em pequenos grupos e auto se inserem no meio ambiente natural e cultural, requerendo mínima infraestrutura e geralmente provocam impactos mínimos ao meio ambiente. Desejam obter um contato próximo e duradouro com os habitantes locais e frequentemente possuem conhecimentos especializados. Os Eco-generalistas estão normalmente envolvidos em grupos numerosos e amiúde se utilizam de pacotes ecoturísticos sem renunciar ao conforto, requerendo, portanto, uma infra-estrutura turística. Como resultado, esta tipologia pode provocar impactos negativos às comunidades anfitriãs e ao meio ambiente. Num meio-termo entre estes dois pólos do espectro situa-se o Eco-Intermediário, caracterizado por viajar em pequenos grupos do que individualmente, utiliza os transportes, serviços e infraestrutura locais, contudo sente-se preso ao pré-arranjo dos serviços turísticos.

Segundo estudos desenvolvidos por Boyd e Butler (1996), cada um destes perfis apresenta comportamentos e motivações distintas dentro de uma ANP. Os autores desenvolveram uma ferramenta de gestão para o Ecoturismo, denominada ECOS, que estabelece um espectro de oportunidade para atividades ecoturísticas considerando cada um dos perfis de Fernie. Para o estabelecimento do espectro, os autores confrontaram as necessidades e motivações da tipologia de Fernie segundo as seguintes variáveis: (a) acessibilidade; (b) atrações oferecidas; (c) infraestrutura; (d) interações sociais; (e) níveis de habilidade e conhecimento do turista; (f) aceitação de impactos (ver Quadro 1).

Zoneamento turístico em Áreas Naturais Protegidas: um diálogo entre conservação, oferta de atrativos e perfil da demanda ecoturística

Quadro 1: Relação entre os fatores da ferramenta ECOS e a tipologia para ecoturistas.
Table 1: Relationship between factors and ECOS tool typology for ecotourists.

FATORES ECOS	Eco-especialistas	Eco-Intermediários	Eco-generalistas
Atrações oferecidas: oportunidades para diferentes atividades.	<i>Maior orientação aos aspectos naturais com foco na contemplação da vida selvagem.</i>	<i>Orientações para a apreciação do meio ambiente natural, em passeios por trilhas.</i>	<i>Foco em aspectos culturais e urbanos.</i>
Infraestrutura: a ênfase concentra-se na menor alteração possível do espaço e níveis de conforto.	<i>Mínima e simples.</i>	<i>Acomodações rústicas (“lodges”), alterações obedecendo ao aspecto primário e harmônico do local.</i>	<i>Mais extensivas, com muito conforto (hotéis de selva). Mudanças na paisagem.</i>
Interações sociais: interações entre turistas e comunidade local.	<i>Deseja o isolamento e evita contatos com turistas, contatos com os locais com ênfase no conhecimento cultural.</i>	<i>Deseja contato com o seu grupo de viagem normalmente de pequena dimensão e faz uso de guias.</i>	<i>A viagem às áreas naturais faz parte de um roteiro maior e contatos com vários grupos de turistas. Contato com locais apenas para obtenção</i>
Níveis de habilidade e conhecimento.	<i>Profissional e extensiva. A sua habilidade permite uma maior independência. A viagem pode durar dias.</i>	<i>Extensiva à limitada. Duração da viagem sujeita a programação do guia</i>	<i>Pouco ou nenhum conhecimento. Duração do passeio: “daytrip” ou final de semana.</i>
Aceitação de impactos.	<i>Não aceita impactos.</i>	<i>Impacto baixo a moderado.</i>	<i>Considerável.</i>

Fonte: Adaptado de Boyd e Butler (1996).
Source: Adapted from Boyd and Butler (1996).

Conceitualmente, neste tipo de análise se sobressaem implicações no manejo das ANP’s pelo zoneamento turístico. A caracterização da demanda contribui para um maior discernimento em torno dos aspectos relacionados ao perfil do segmento de mercado que se deseja atrair para qual zona específica da ANP, e assim torna-se possível o desenho de produtos ecoturísticos condizentes com o perfil de mercado mais adaptado à oferta.

Reconhecendo as principais motivações e comportamentos de cada perfil de ecoturista, torna-se importante reconhecer dentro do espaço da ANP, a oferta de atra-

tivos que atende a cada um dos perfis. Dessa forma, as características físicas, as diferentes resiliências e sensibilidades do território protegido são ofertadas turisticamente de acordo com o perfil de segmento que se deseja atrair para a ANP. O Zoneamento é uma estratégia para o alcance deste objetivo e, para efeito do estudo explorado neste artigo, propõe-se o modelo ROS – *Recreational Opportunity Spectrum*.

Zoneamento em ANP's e a ferramenta ROS (*Recreational Opportunity Spectrum*)

No Brasil, o Zoneamento de uma Unidade de Conservação (UC) é definido pelo seu Plano de Manejo³, determinando, assim, as zonas destinadas exclusivamente à pesquisa e à visitação, fixando inclusive regras de uso das estradas e trilhas. Tal como verificado em Giraldeia e Neiman (2010, p.135), "o Zoneamento consiste em divisões homogêneas da área a ser conservada, com ênfase nos aspectos ecológicos, físicos e, principalmente, o seu destino de uso" É importante salientar que o Plano de Manejo de uma UC deve ser percebido como um processo integrado e participativo, envolvendo a biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e a sustentabilidade (DIOS; MARÇAL, 2009). O Zoneamento ambiental, a partir do inciso II, artigo 9º da Lei 6938/81 foi declarado como um instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente.

No âmbito do Zoneamento turístico para UC's, a ferramenta *Recreational Opportunity Spectrum* (ROS) enfatiza as múltiplas características das áreas existentes no interior dos territórios naturais protegidos e suas diferentes resiliências. O ROS atua no sentido de promover uma diversidade recreativa, através de um conjunto de "oportunidades" para os visitantes das ANP's, conciliando a qualidade da experiência da visita com os objetivos de conservação.

Áreas representadas por seus ecossistemas diversos, por biodiversidade e representatividade de espécies endêmicas, pelas suas formações geológicas e espeleológicas singulares e por um número variado de acidentes geográficos protagonizam sensibilidades distintas à intervenção humana. Neste aspecto, a manutenção da base dos recursos naturais, sujeitos às pressões da demanda turística, reflete-se em mecanismos específicos de gestão, no sentido de conciliar as necessidades de conservação com a experiência solicitada pelos visitantes. Assim, figura-se o termo "espectro" que batiza a ferramenta, onde a área protegida se apresenta aos visitantes sob múltiplas oportunidades de recreação, com impactos diretos à satisfação dos desejos e das experiências procuradas pelos visitantes.

A concepção inicial do ROS remonta aos anos de 1970 e foi desenhada pelo *United States Forest Services* (USFS) por Clark e Stankey (MOORE *et al.*, 2003; GELDENHUYS, 2004). De acordo com Stankey e Clark, (1979 *apud* GELDENHUYS, 2004), os princípios que regem o Zoneamento ROS são: (a) a qualidade dos atrativos naturais como cenários, vegetação, paisagens e outros atributos biofísicos; (b) a qualidade do uso recreativo, tais como os níveis e tipos de uso, os quais constituem o conjunto dos fatores sociais; (c) condições derivadas do modelo de gestão, incluindo-

se o desenvolvimento de facilidades, o patrulhamento, as estradas e os regulamentos. Assim, o ROS produziu um espectro formado por seis níveis de Zoneamento, os quais promovem a satisfação dos visitantes e as suas atividades preferenciais nas ANP's (ver descrição das zonas no Quadro 2).

Quadro 2: Zoneamento turístico previsto pelo ROS para as áreas naturais protegidas.
Table 2: Touristic Zoning provided by ROS for protected natural areas.

<i>Primitivo: área caracterizada pelo aspecto inalterado do meio ambiente. Evidências de visitantes são mínimas. O nível de gestão é muito baixo e essencialmente é direcionada</i>
<i>Semi-primitivo não motorizado: caracterizada, também, pelo aspecto inalterado do meio ambiente e por um predomínio de uma baixa interação entre usuários. Porém, já se evidenciam visitantes com mais frequência. A gestão da área registra níveis de restrições e controles e, conforme a zona primitiva, não é possível o tráfego de veículos motorizados;</i>
<i>Semi-primitivo motorizado: semelhante ao anterior, porém o uso de veículos motoriza-</i>
<i>Natural: predominantemente inalterada com registros frequentes de presença humana. Interações entre usuários são de baixo a moderado. Modificação dos recursos e utiliza-</i>
<i>Rural: zona caracterizada por modificações substanciais ao meio ambiente natural. Modificação dos recursos e utilização prática são próprios para as atividades recreativas. A presença humana é prontamente evidente e as interações entre visitantes são, frequentemente, de moderado a alto. Um considerável número de facilidades é específico para uma in-</i>
<i>Urbano: área é caracterizada por um meio ambiente urbanizado. Modificação dos recursos e utilização prática são próprios para as atividades recreativas. Há bastante infraestrutura e gestão visíveis. A presença humana é predominante e em número elevado, tanto no parque como no seu entorno. Facilidades para veículos com trânsito massivo são</i>

Fonte: Moscardo *et al.* (2004).
Source: Moscardo *et al.* (2004).

As zonas propostas pelo ROS obedecem a um continuum que se baseia no progressivo aumento da intensidade de uso em correspondência aos princípios biofísicos, sociais e de gestão (atributos ROS). Neste aspecto, os atributos biofísicos são em maior intensidade nas zonas primitivas, diminuindo até às zonas urbanas do espectro, enquanto que os fatores sociais e a intensidade de gestão são maiores nas zonas urbanas, reduzindo no sentido das zonas primitivas.

A partir destes pressupostos, ao se combinar a ferramenta ROS com a ECOS, descortinam-se possibilidades de utilização de estratégias de Zoneamento turístico pelos gestores das ANP's. A fórmula consiste em identificar a oferta de atrativos e estruturá-la para atrair os segmentos ou nichos de mercado de demanda turística que se identificam com esta oferta. Segundo Kastenholz (2005, p.24), o alcance da sustentabilidade passa também por implicações de marketing o qual deve “*contribuir para uma eficaz gestão da demanda no sentido de atrair os turistas que mais valorizam o que o destino tem para oferecer.*” Neste aspecto, a descoberta de nichos de mercado os quais apresentam uma maior sensibilidade à temática ambiental e cultural pode configurar maiores sucessos para a conservação do meio ambiente das ANP's visitadas.

Diversos autores (KASTENHOLZ, 2005; DINAN; SARGEANT, 2000; MIDDLETON, 1997) apontam para a necessidade do conhecimento do perfil do público-alvo para a elaboração de produtos turísticos. Associando-se estes pressupostos ao ECOS e ao ROS, o Zoneamento da ANP com vista à conciliação da conservação com à experiência da visita, passa pela segmentação dos visitantes conforme os perfis de ecoturistas em conciliação com as atividades definidas no ROS.

Como ilustração, uma ANP's que apresente uma oferta de espécies da avifauna, pode estabelecer uma estratégia de posicionamento perante mercados emissores interessados no *birdwatching* (atividade muito apreciada por ingleses e povos da Europa Setentrional, além de cientistas espalhados pelo mundo) em seguida, adotar a adequada promoção para atrair este segmento para a visita à ANP, direcionando-os para as zonas ROS onde é possível a prática desta atividade. Por outro lado, para o perfil eco-generalista, o parque deve prover zonas ROS do tipo “rural” ou “natural” dotados de infraestrutura para este segmento, como áreas para *camping*, locais para realização de *picnic*, lojas de *souvenires*, centro de interpretação etc.

Após este enquadramento bibliográfico apresentam-se, a seguir, uma breve caracterização do PARNASI e os métodos que serviram de suporte à construção do estudo de caso proposto.

Caracterização do Parque Nacional da Serra de Itabaiana

O Parque Nacional da Serra de Itabaiana foi criado através do Decreto Presidencial no dia 15 de junho de 2005, sendo publicado no Diário Oficial da União, nº 114, no dia 16 de junho de 2005. A Unidade de Conservação localiza-se a aproximadamente 45 Km da capital sergipana, Aracaju, e está inserida dentro de seis municípios: Itabaiana, Areia Branca, Itaporanga D'Ajuda, Campo do Brito, Riachuelo e Malhador, sendo formada por um complexo de três serras: Cajueiro, Comprida e Itabaiana. Totalizando uma área de 7.966 ha, onde o ponto de maior altitude se encontra na Serra de Itabaiana, com 659m acima do nível do mar, 2º ponto mais alto do estado (CARVALHO; VILLAR, 2005)

Com relação ao aspecto fitofisionômico⁴, a área apresenta-se como uma faixa de transição entre os biomas Mata Atlântica e Caatinga, com 324 espécies de plantas registradas. Segundo Carvalho e Villar (2005), no Parque podem ser identificados sete tipos de habitats: I – vegetação arbórea; II – vegetação arbustiva; III – gramíneas e ciperáceas; IV – áreas com areias brancas; V – área com plantações; VI – áreas com palmeiras e VII – áreas úmidas e periodicamente alagadas.

Segundo o levantamento da biota, coordenado por Carvalho e Villar (2005) a fauna do PARNASI apresenta-se bastante rica e diversificada. Foram registradas para área 23 espécies de anfíbios, 32 de répteis, 123 de aves, 62 de mamíferos e 28 de abelhas. A área do Domo de Itabaiana possui um excedente hídrico muito importante para o estado. Seus mananciais abastecem boa parte das comunidades do entorno, bem como desembocam no rio Jacarecica, principal fonte de abastecimento de água da cidade de Itabaiana. Além disso, a área está inserida na bacia hidrográfica do rio Sergipe que, por sua vez, abastece 26 municípios direta e indiretamente, com uma vazão de 54.9 mil m³/dia.

A Serra de Itabaiana apresenta, ainda, um valor simbólico enorme para as pessoas que residem no entorno da unidade. Diversos eventos religiosos têm sido realizados no Parque, atraindo centenas de fiéis todos os anos. Os primeiros registros dessas manifestações datam de 1887 e além da tradição religiosa ligada ao catolicismo, outras religiões de cunho Afro fazem uso da área. Mitos e lendas, como a do carneiro de ouro⁵ e do poço das moças⁶, despertam o imaginário popular e também merecem ser preservados (SANTANA, 2002).

Metodologia

No sentido de viabilizar este estudo, optou-se pelo método de pesquisa descritiva. Conforme verificado em Carmo e Ferreira (1998, p. 213), a investigação descritiva “*implica estudar, compreender, e explicar a situação actual (sic) do objecto (sic) de investigação*”. Assim, a identificação dos Zoneamentos da Unidade de Conservação pesquisada e a correspondente vocação das zonas levantadas para atender nichos específicos da demanda ecoturística, correspondeu ao objeto deste estudo de caso que se debruçou sobre o Parque Nacional da Serra de Itabaiana.

A coleta de dados foi realizada entre Setembro de 2010 e Maio de 2011 e consistiu na aplicação de entrevista ao diretor do Parque Nacional da Serra de Itabaiana (PARNASI) e visitas de campo para desenvolver uma observação sistemática que se propôs como um contributo indispensável à interpretação da realidade em questão.

Para a consecução dos objetivos do estudo, a entrevista apresentou um conjunto de questões fechadas numa escala dicotômica “sim/não” conforme a existência dos tipos de Zoneamento ROS sugeridos pelos trabalhos empíricos de Wallace (2002) para o Parque Nacional de Galápagos, no Equador. A especialidade prática deste modelo inspirou a sua aplicação no presente estudo, sendo selecionadas, para a avaliação pelo gestor da unidade, 5 possibilidades de Zoneamento ROS, correspondentes aos

níveis **Urbano**, **Recreativo/intensivo**, **Rural**, **Natural/intensivo** e **Científico/intensivo** (Quadro 3).

Quadro 3: Zoneamento ROS para o PARNASI. Table 3: Zoning ROS for PARNASI.

Item	Parâmetros	SIM/NÃO
URBANO	<i>Há locais no PARNASI com bastante infra-estrutura e intervenções visíveis e a presença humana é predominante e em número elevado, registrando-se, ainda, facilidades para veículos?</i>	
RURAL	<i>Existem propriedades privadas no entorno do PARNASI onde se desenvolve o turismo rural ou outra atividade de visitação turística?</i>	
RECREATIVO/ INTENSIVO	<i>Há zonas recreativas caracterizadas por áreas com finalidades educacionais e recreativas facilmente acessíveis?</i>	
NATURAL/INTENSIVO	<i>Há zonas de visitação onde a vida selvagem, o ecossistema, a história cultural ou natural são de grande valor?</i>	
CIENTÍFICO/PRIMITIVO	<i>Há um "Zoneamento científico/virgem" reservado às áreas onde o valor do ecossistema é inestimável, com severas restrições para o uso dos recursos em que o acesso é permitido através de autorização antecipada e o visitante deverá ser acompanhado por guias?</i>	

Fonte: Adaptado de Wallace (2002).
Source: Adapted from Wallace (2002)

A partir das respostas obtidas e as observações realizadas no campo, levantou-se um espectro formado por 3 (três) possibilidades de Zoneamento ROS para o Parque Nacional da Serra de Itabaiana e suas respectivas associações com o perfil da demanda ecoturística, conforme verificado no item seguinte.

Análise dos resultados: aproximações da oferta com perfis da demanda turística no Parque Nacional da Serra de Itabaiana.

As zonas de uso turístico verificadas no Parque Nacional da Serra de Itabaiana obedecem a um *continuum* baseado no progressivo aumento da intensidade do uso em correspondência aos princípios biofísicos, sociais e de gestão/intervenção (atributos ROS). A partir das respostas obtidas na aplicação da entrevista, assim co-

mo da observação direta, apurou-se o conjunto de possibilidades de Zoneamento turístico ROS, obtendo-se o Quadro 4.

Quadro 4: Registro de Zoneamento turístico ROS para o PARNASI.
Table 4: Registration for the Zoning touristic ROS for PARNASI.

Zonas turísticas ROS	Localização
Urbano	Não se aplica
Rural	Parque dos Falcões
Recreativo/ Intensivo	Trilha de acesso à Sede Administrativa do ICMBio/ PARNASI; Trilha de acesso à Cachoeira do Poço das Moças; Sede Administrativa do ICMBio/ PARNASI;
Natural/ Intensivo	Trilha da Gruta da Serra; Trilha da Via Sacra; Trilha do Caldeirão; Trilha do Véu da Noiva;
Científico	Não se aplica

Fonte: elaboração dos autores.
Source: Authors elaboration.

A partir da leitura do Quadro 4, observa-se que a visitação turística no Parque Nacional da Serra de Itabaiana é permitida em 6 zonas específicas: Sede Administrativa do ICMBio/ PARNASI e as 5 principais trilhas do PARNASI: Trilha do Poço das Moças, Trilha da Gruta da Serra, Trilha do Véu da Noiva, Trilha da Via Sacra e Trilha do Caldeirão.

Conforme as observações sistemáticas feitas em campo, foi possível identificar características específicas para cada uma das Zonas no que tange à atividade turística. A partir da entrada do Parque, localizada às margens da BR 235, há uma estrada de aproximadamente 2 Km que dá acesso à Sede Administrativa do ICMBio/PARNASI. Este local concentra as dependências de apoio para as atividades dos funcionários efetivos e temporários do Parque. Anexo ao Centro Administrativo há o “Barracão” destinado à recepção de turistas e realização de oficinas de educação ambiental. O local também é utilizado pelo *staff* do Parque para a realização de palestras de orientação à grupos de visitantes. O local dispõe de *banners* interpretativos, bancos e mesas para acomodação de turistas e realização de *picnics*. Apenas nesta Zona podem ser encontrados sanitários para uso dos visitantes. Importa destacar que, à exceção da Trilha do Caldeirão, todas as demais trilhas partem da Sede do ICMBio do PARNASI. As figuras 1 e 2 apresentam um panorama do Barracão anexo à Sede Administrativa do ICMBio/PARNASI, que o parque utiliza para receber os visitantes.



Figura 1: Atividades de orientação aos visitantes na Sede do ICMBio/PARNASI.

Foto: Luís Henrique de Souza, 2011.

Figure 1: Activities of guidance to visitors at the headquarters of ICMBio / PARNASI.

Photo: Luis Henrique de Souza, 2011.



Figura 2: Banners interpretativos na Sede do ICMBio/PARNASI.

Foto: Luís Henrique de Souza, 2011.

Figure 2: Interpretative Banners at the Headquarters of the ICMBio / PARNASI. Photo:

Luis Henrique de Souza, 2011.

A Trilha do Poço das Moças possui baixo grau de dificuldade e fácil acesso, com uma extensão de aproximadamente 1 Km. Inicia na Sede e conduz o visitante à Cachoeira do Poço das Moças. Esta trilha e Cachoeira do Poço, que podem ser vistos nas Figuras 3 e 4, respectivamente, correspondem a Zona turística do Parque mais frequentada pelos visitantes. As atividades comumente praticadas são a caminhada de curta duração, visitas escolares, banho de cachoeira e *picnics*.

A Trilha da Gruta da Serra possui na maior parte de seu percurso um baixo grau de dificuldade, porém, para o visitante chegar até a Gruta, há um declive bastante acentuado e não existem no local cordas ou escadas que facilitem o acesso do visitante até a Gruta. A Gruta da Serra apresenta uma rica flora, com espécies típicas da Mata Atlântica, além de trepadeiras e musgos, típicas de ambientes de baixa luminosidade e alta umidade. Ver Figuras 5 e 6. Nesta trilha pratica-se a observação da flora e caminhada e banho de bica.



Figura 3: Trilha Poço das Moças.

Foto: David Carvalho, 2011.

Figure 3: Trail Poço das Moças.

Photo: David Carvalho, 2011.



Figura 4: Cachoeira do Poço das Moças.

Foto: Luís Henrique de Souza, 2011.

Figure 4: Waterfall Poço das Moças.

Photo: Luiz Henrique de Souza, 2011.



Figura.5: Trilha Gruta da Serra.
Foto: Sidjan Peixoto, 2011.
Figure 3: Trail Gruta da Serra.
Photo: Sidjan Peixoto, 2011.



Figura 6: Bica da Gruta da Serra.
Foto: David Carvalho, 2011.
Figure 6: Waterfall Gruta da Serra.
Photo: David Carvalho, 2011

A Trilha do Véu da Noiva, por sua vez, apresenta difícil acesso, com inclinações acentuadas nos aclives e declives, embora apresente uma extensão em torno de 2 Km. Ao percorrê-la o visitante poderá visualizar espécies exuberantes de flora como a Orquídea *Sobralia Liliastrun* de pétalas brancas e labelos amarelados, além de inúmeras bromélias em troncos de espécies de Mata Atlântica (ver figuras 7 e 8).



Figura 7: Orquídea *Sobralia Liliastrun* – Trilha Véu da Noiva . Foto: Luís Henrique de Souza, 2011.
Figure 7: Orchid *Sobralia Liliastrun* – Trail Véu da Noiva . Photo: Luís Henrique de Souza, 2011.



Figura 8: Bromélia - Trilha do Véu da Noiva.
Foto: David Carvalho, 2011.
Figure 8: Bromeliad - Trail Véu da Noiva.
Photo: Davi Carvalho, 2011.

Ao término da trilha poderá banhar-se na Cachoeira do Véu da Noiva, conforme ilustrado nas figuras 9 e 10.

A Trilha do Caldeirão possui cerca de 4Km de extensão, com alto grau de dificuldade para percorrê-la em função dos aclives existentes para se atingir o Topo da Serra. A trilha dá acesso a diversas cachoeiras (Cachoeira da Árvore, do Cipó, do Rapel, do Caldeirão) e o visitante, à medida que se aproxima da parte mais alta do percurso (o Topo da Serra), pode contemplar diversos paredões e formações geológicas. Dentre as atividades frequentemente realizadas pelos visitantes podem ser citadas:

contemplação das paisagens, principalmente dos paredões rochosos e da vista a partir do Topo da Serra; o *trecking*; o banho nas cachoeiras; a contemplação da flora exuberante e atividades esportivas como escalada e o rapel. Alguns atrativos da Trilha do Caldeirão podem ser conferidos nas figuras 11, 12, 13 e 14.



Figura 9: Cachoeira Véu da Noiva.
Foto: Luís Henrique de Souza, 2011.
Figure 9: Waterfall Véu da Noiva.
Photo: Luís Henrique de Souza, 2011.



Figura 10: Queda d'água na Trilha do Véu da Noiva.
Foto: David Carvalho, 2011.
Figure 10: Waterfall in the trail Véu da Noiva.
Photo: David Carvalho, 2011.

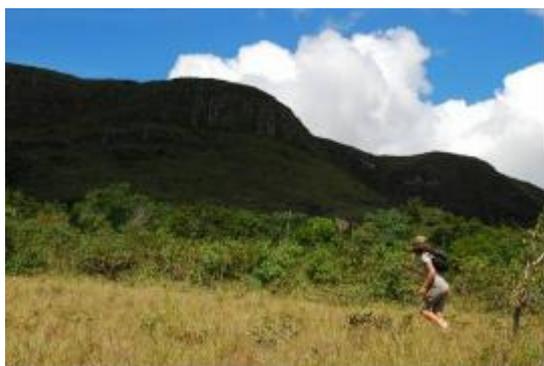


Figura 11: Paredões rochosos na Trilha do Caldeirão. Foto: David Carvalho, 2011.
Figure 11: Solid rock on the trail Caldeirão.
Photo: David Carvalho, 2011.



Figura 12: Contemplação – Trilha do Caldeirão.
Foto: Elias Silva, 2011.
Figure 12: Contemplation - Trail Caldeirão.
Photo: Elias Silva, 2011.

Por fim, tem-se a Trilha da Via Sacra, com aproximadamente 3Km de extensão e, a exemplo da Trilha do Caldeirão, também conduz ao Topo da Serra, porém o seu grau de dificuldade é menor que a do Caldeirão. Há, entretanto, uma característica peculiar a esta trilha: durante a Semana Santa é frequentada por religioso que em romaria param e fazem suas preces diante das 15 cruzes fincadas ao longo da Trilha. A trilha termina numa Capela no Topo da serra. As atividades praticadas pelos visitantes são o *trecking*, a escalada e a contemplação das paisagens. Ver figuras 15 e 16.

Estes resultados mostram o potencial do PARNASI para prover uma experiência turística diversificada, no que respeita aos diferentes tipos do perfil ecoturista analisados na discussão da literatura deste artigo. Tomando-se como referência a classificação de

Fernie, observa-se que os Eco-generalistas podem usufruir das instalações típicas das Zonas recreativas/intensivas. O Eco-Intermediário não hesita em realizar as trilhas encontradas na Zona natural/intensivo, que proporcionam um contato maior do turista com os recursos naturais da ANP. Para os Eco-especialistas é possível usufruir das possibilidades de um ecoturismo hard mediante a realização de atividades científicas sobre a fauna, flora e geomorfologia da região, ou simplesmente a prática da observação e da contemplação destes elementos encontrados na Zona natural/intensivo.



Figura 13: Paisagem vista no Topo da Serra – Trilha do Caldeirão. Foto: David Carvalho, 2011.
Figure 13: Landscape view on the Top of the Sierra - trail Caldeirão.
Photo: David Carvalho, 2011.



Figura 14: Aclives na Trilha do Caldeirão. Foto: David Carvalho, 2011.
Figure 14: Uphill on trail Caldeirão.
Photo: David Carvalho, 2011.



Figura 15: *Trecking* na Trilha da Via Sacra. Foto: David Carvalho, 2011.
Figure 15: *Trecking* in the trail Via Sacra.
Photo: David Carvalho, 2011



Figura 16: Paisagem do Topo da Serra - Trilha da Via Sacra. Foto: David Carvalho, 2011.
Figure 16: Landscape view on the Top of the Sierra - Trail Via Sacra. Photo: David Carvalho, 2011.

Importa destacar que é proibido o camping no PARNASI e os visitantes Eco-especialistas que necessitam acampar para o desenvolvimento de atividades de estudos ou pesquisas devem obter autorização do Parque. Conforme levantamento feito no local, a direção do Parque incentiva que esta demanda fique alojada na Sede, havendo uma demanda superior à capacidade do alojamento existente, é liberado o Camping para estes pesquisadores. Por outro lado, destaca-se que não há nenhuma Zona no Parque cuja visita seja expressamente proibida, indicando a não existência da Zona “Científico” do ROS para o PARNASI.

No âmbito do ROS, há o Zoneamento definido como Rural que é caracterizada por propriedades privadas no interior ou no entorno da ANP onde há uma oferta de atrativos de forma a demandar a visitação turística. Conforme os dados coletados, identificou-se no entorno do PARNASI, a propriedade conhecida como Parque dos Falcões, que realiza o manejo, reprodução e reabilitação de diversas espécies de aves, dentre elas falcões, gaviões, corujas, pombos, etc. As visitas ao local são feitas mediante agendamento prévio.

Para cada uma das zonas identificadas enumeram-se a oferta de atrativos para possibilitar a aproximação desta oferta com o perfil adequado de ecoturista. O Quadro 5 resume os Zoneamentos definidos para o PARNASI em correlação com o perfil da demanda ecoturística e as atividades frequentemente realizadas por esta demanda.

Quadro 5: Descrição do Zoneamento ROS para cada ANP analisada.
Table 5: Description of Zoning ROS for each ANP analyzed.

ZONEAMENTO TURÍSTICO "ROS" - PARNASI	ZONAS	PERFIL	ATIVIDADES
RURAL	Parque dos Falcões	ECO-GENERALISTA	Visita orientada aos atrativos do Parque dos Falcões com apresentações oral e audiovisual sobre a avifauna local.
RECREATIVO / INTENSIVO	Trilha de acesso à Sede Administrativa do ICMBio/PARNASI; Trilha de acesso à Cachoeira do Poço das Moças; Barracão da Sede do ICMBio - PARNASI	ECO-GENERALISTA	Caminhadas de curta duração, banho nas cachoeiras, <i>picnic</i> , palestras e oficinas sobre educação ambiental. Apreciação da interpretação ambiental.
NATURAL/ INTENSIVO	Trilha da Gruta da Serra; Trilha da Via Sacra; Trilha do Caldeirão; Trilha do Véu da Noiva	ECO-INTERMEDIÁRIO ECO-ESPECIALISTA	Atividades de esportes na natureza como <i>Trecking</i> e rapel; contemplação das paisagens, da flora, da avifauna, da herpetofauna (anfíbios) e dos mamíferos; banhos nas cachoeiras; Apreciação da interpretação ambiental.

Fonte: elaboração dos autores.
Source: Authors elaboration.

Desta forma, existe uma oferta de facilidades e de infraestruturas, a exemplo da estrada que dá acesso à sede do ICMBio-PARNASI, do Barracão anexo à sede para realização de picnics e palestras de educação ambiental e do Parque dos Falcões que são voltadas às necessidades da demanda "Eco-generalista". Por outro lado, registra-se um conjunto de trilhas e que permitem acesso aos valores naturais do Parque e, dessa forma, atendem ao gosto da demanda "Eco-Intermediária" e "Eco-especialista. Estas trilhas e seus atrativos compõem a Zona Natural/Intensivo para o ROS do PARNASI.

Por fim, as Zonas Natural/Intensivo, com seus ecossistemas de valores inestimáveis e formações geológicas singulares, também se apresentam como um repertório de atividades e que atendem às necessidades do perfil “Eco-especialista”. Nestas áreas há um conjunto de valores naturais bióticos e abióticos que se constituem num atrativo potencial para o estabelecimento de uma demanda especializada e motivada por interesses associados à botânica e à vida selvagem, com uma biodiversidade de espécies da avifauna, herpetofauna⁷, e mamíferos, além das espécies de flora, consideradas relíquias para a região da Serra de Itabaiana. As visitas de campo identificaram que não existem no PARNASI guias ou condutores de ecoturismo para o acompanhamento de turistas nos locais definidos para a visita. A visita guiada, conforme Wearing e Neil (2001), se constitui numa técnica de interpretação ambiental e, posta em prática junto ao Zoneamento ora apresentado, proporcionaria uma melhor experiência da visita. Observou-se, também, que o PARNASI mantém durante os meses de verão uma brigada contra incêndios formada por jovens residentes nos municípios do entorno da UC. Sugere-se que estes jovens sejam capacitados e utilizados como condutores ecoturísticos nos períodos que não realizam o trabalho de brigadistas, proporcionando-lhes um rendimento extra e permitindo uma maior inclusão social pelo turismo no PARNASI.

Conclusão

A complexidade das discussões sobre a sustentabilidade em turismo revela o grau de importância sobre a necessidade de mudança nos rumos da atividade, e esta assertiva não passa ao largo das ANP's e suas eminentes fragilidades para o desenvolvimento do turismo. Dessa forma, o manejo pelo Zoneamento turístico possibilita uma melhor experiência para o visitante da ANP por intermédio da segmentação dos ecoturistas e aproximação da oferta de atrativos com a demanda da visita aos Parques.

Este artigo conclui que a performance do manejo pelo Zoneamento, mediante a gestão pela ferramenta ROS, é ampliada através do estabelecimento de um espectro de oportunidades de recreação a satisfazer diferentes perfis da procura ecoturística. Assim, este estudo revelou a existência de infraestruturas e facilidades, a exemplo do acesso principal ao PARNASI; da trilha para a cachoeira do Poço das Moças e do Centro Administrativo, os quais atendem às necessidades do perfil **Eco-generalista** e configuram o Zoneamento **Recreativo Intensivo** do modelo ROS. Por outro lado, o PARNASI apresenta um conjunto de trilhas de longo curso ou de difícil acesso que atendem às motivações dos perfis **Eco-Intermediário** e **Eco-Especialista**, destacando-se a zona da trilha do Caldeirão, que conduz o turista às cachoeiras do Caldeirão, da Árvore e do Cipó e prossegue até o “Topo da Serra”. Neste percurso, o turista conhece a flora diversificada do PARNASI, sua avifauna e formações geológicas singulares, ou seja, zonas com ecossistemas de valores inestimáveis próprias do **Zoneamento Natural/ Intensivo** do ROS. De resto, as Trilhas da Via Sacra e do Véu de Noivas, por sua vez, atendem também aos perfis **Eco-Intermediário** e **Eco-Especialista** em função do grau de dificuldades para percorrê-las, representando uma zona do tipo **Natural/Intensivo**. Conclui-se que a gestão do ecoturismo, apoiado em estratégias de Zoneamento turístico, representa um caminho para o alcance dos objetivos da sustentabilidade do turismo em ANP's, mediante a segmentação e aproximação do potencial da oferta turística destes territórios com as motivações dos diferentes perfis de demanda ecoturística, devendo, portanto, ser estabelecida uma gestão

dos fluxos turísticos de modo a direcionar cada perfil da demanda para as Zonas turísticas da ANP que mais se adéquam a cada perfil.

As conclusões acima corroboram com os estudos realizados por Coelho *et al.* (2011) ao demonstrarem que o estabelecimento de zonas de visitação na RPPN Fazenda Cabeceira do Prata – Jardim (MS) facilitou o planejamento e a gestão consciente destes espaços, mediante a definição de normas de uso de cada zona (delimitando o acesso e a utilização) o que contribui para a conservação da UC. Importa destacar que o PARNASI não possui Plano de Manejo e, conforme pesquisa realizada por Santos (2011), 43,86% dos 57 Parques Nacionais (PARNAS) analisados pelo autor não possuem Plano de Manejo, o que os tornam susceptíveis a impactos negativos diversos. Por este raciocínio, um Plano de Manejo para PARNAS deve abranger também um Zoneamento turístico que possibilite o diálogo entre oferta de atrativos e perfil da demanda ecoturística.

Estas são reflexões que devem pautar a agenda dos que estão à frente da tomada de decisão dos espaços territoriais com estatutos de proteção. A sustentabilidade é um modelo de desenvolvimento bastante discutido politicamente e academicamente, porém, os mecanismos para sua efetivação e conquista de benefícios líquidos ainda carecem de estratégias inovadoras e contextualizadas à base local. Assim, as estratégias de Zoneamento turístico a serviço da sustentabilidade são ferramentas a serem exploradas no contexto do turismo em ANP's.

Embora os resultados obtidos nesta pesquisa não possam ser generalizados para todas as demais ANP's do país, é possível apontar evidências relevantes sobre o contributo das estratégias de Zoneamento e segmentação na mitigação dos impactos provocados pelos fluxos de visitantes em ANP's. Um estudo mais aprofundado para o aprimoramento destes resultados poderá ser evidenciado mediante a aplicação de pesquisas que levantem o perfil, preferências, e comportamentos da demanda em função da experiência turística em cada área zoneada.

Referências bibliográficas

- BOYD, S.W.; BUTLER, R.W. Managing ecotourism: an opportunity spectrum approach. **Tourism Management**, v.17, n.8, pp. 557-566, 1996.
- BULL, A. The Economics of Travel and Tourism. Essex: Longman, 1996.
- CARMO, H.; FERREIRA, M. **Metodologia da investigação**: guia para a auto-aprendizagem. Lisboa: Universidade Aberta, 1998.
- CARVALHO, C. M.; VILLAR, J.C. Levantamento da biota do Parque Nacional Serra de Itabaiana. In: CARVALHO, C. M.; VILLAR, J.C. (coord.). **Parque Nacional Serra de Itabaiana: Levantamento da Biota**. São Cristóvão: UFS; Aracaju: IBAMA, 2005, pp.09-14.
- COELHO, L.S. et al. Turismo em Unidades de Conservação: resultados do plano de manejo da RPPN Fazenda Cabeceira do Prata - Jardim - MS. **Tourism and Karst Areas**. v.4, n.2, pp.107-119, 2011.
- DINAN, C.; SARGEANT, A. Social Marketing and sustainable tourism. Is there a match? **International Journal of Tourism Research**. v.2, pp.1-14, 2000.

DIOS, C.B.; MARÇAL, M.S. Legislação ambiental e a gestão de Unidades de Conservação: o caso do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba –RJ. *In: GUERRA, A.J.; COELHO, M.C. (orgs.). Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp.173-199, 2009.

FENNEL, D. A. **Ecotourism**: an introduction. London: Routledge, 1999.

FERNANDES, J.L. Território e áreas protegidas: a Rede Nacional de Áreas Protegidas e o caso do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros. 2004. **Tese** de Doutorado. Universidade de Coimbra, 2004.

FIGUEIREDO, E. Um Rural para viver, outro para visitar – o ambiente nas estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais. 2003. **Tese** de Doutorado, Universidade de Aveiro. 2003.

GELDENHUYS, S. Ecotourism assessment: an overview. *In: DIAMANTIS, D. (Org.). Ecotourism.* London: Thomson, p.27-47, 2004.

GIRALDELLA, H.; NEIMAN, Z. Planejamento e gestão em Áreas Naturais Protegidas. *In: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (orgs.). Turismo e meio ambiente no Brasil.* São Paulo: Manole, pp.124-148. 2010.

KASTENHOLZ, E. Management of demand as a tool in sustainable tourist destination development. **Journal of Sustainable Tourism.** v.12, n. 5, pp. 388-408, 2004.

KASTENHOLZ, E. Contributos para o marketing de destinos rurais: o caso do Norte de Portugal. **Revista Turismo e Desenvolvimento.** v. 2, n.1, pp. 21-33, 2005.

MIDDLETON, VTC. Sustainable Tourism: a marketing perspective. *In: STABLER, M. (org). Tourism and sustainability: from principles to practice.* Wallingford: C.A.B. International, 1997.

MOORE, R.; SMITH, A.; NEWSOME, D. Environmental performance reporting for natural area tourism: contributions by Visitor Impact Management frameworks and their indicators. **Journal of Sustainable Tourism,** v. 11, n. 4, pp. 348-375, 2003.

MOSCARDO, G; ORMSBY, J; PEARCE, P; FOXIEE, J. 2004. **A Review of Research into Tourist and Recreational Uses of Protected Natural Areas.** Townsville: Great Barrier Reef Marine Park Authority. Disponível em <http://www.gbrmpa.gov.au>. Acesso em: 15 de setembro de 2011.

OLIVEIRA, I. Gestão de conflitos em parques: Estudo de caso do entorno nordeste do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro – Praia da Pinheira – SC. 2005. **Tese** de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

PARTIDÁRIO, M. Turismo em espaços rurais e naturais: uma oportunidade sustentável. *In: CRISTOVÃO, O.; CALDAS, J. (orgs.). TERN: Turismo em espaços rurais e naturais.* Coimbra: IPC, pp. 115-126, 2003.

PLANALTO. Lei 9985 de 18 de julho de 2000. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm. Acesso em 12 de setembro de 2011.

POON, A. **Tourism, technology and competitive strategies.** Wallingford: C.A.B International, 1993.

PHILIPS, A. Landscape approaches to National Parks and Protected Areas. *In: NELSON, J. SERAFIN, R. National Parks and Protected Areas: keystones to conservation and sustainable development.* Berlin: Springer, pp. 31-42, 1997.

RICHEZ, G. **Parc Nationaux et tourisme en Europe**. Paris: L'Harmattan, 1992.

SANTANA, V. B. Serra de Itabaiana: das brumas do imaginário a cerca invisível. (**Dissertação** de mestrado). Núcleo de pós-graduação e estudos do semi-árido, mestrado em desenvolvimento e meio ambiente. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2002.

SANTOS, Anderson Alves. Parques Nacionais brasileiros: relação entre planos de manejo e a atividade ecoturística. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 4, n. 1, pp.141-162, 2011.

STRAATEN, J. The economic pitfall and barriers of the sustainable concept in the case of National Parks. *In*: NELSON, J.; SERAFIN, R. (Orgs). **National Parks and Protected Areas: Keystones to conservation and sustainable development**. Berlin: Springer, pp. 81-92, 1997.

SOUZA. L.H. Intervenções em direção à sustentabilidade do turismo de natureza: a aplicabilidade das ferramentas de gestão do ecoturismo nas Áreas Naturais Protegidas da Região Centro de Portugal. **Turismo: Visão e Ação**, v.10, n.1, pp.95-112, jan./abr. 2008.

URIELY, N. Theories of Modernism and postmodernism tourism. **Annals of Tourism Research**, v. 24, n.4, pp.982-985, 1997.

WALLACE, G. Administração do visitante: lições do Parque Nacional de Galápagos. *In*: LINDBERG, K.; HAWKINGS, D. (orgs). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: SENAC. pp. 93-140, 2002.

WEARING, S.; NEIL, S. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**. Barueri: Manole, 2001

WHEELER, M. Tourism marketing ethics: an introduction. **International Marketing Review**, v. 12, n.4, pp.38-49, 1995.

Notas

¹Cf. Machado, J.P.(1967). Dicionário etimológico da língua portuguesa. Lisboa: Confluência.

²Fernandes (2004) destaca o elenco formado pelas 7 Maravilhas do Mundo Antigo como exemplo da valoração de espaços pelas suas vertentes naturais, simbólicas e monumentais. Fennel (1999) faz referência às terras dos aristocratas e da monarquia medieval que eram protegidas com vista ao exercício da caça e o suprimento de madeira para instituições religiosas. Philips (1997) sublinha que a obsessão por lugares selvagens permeou o imaginário humano, sob múltiplos sentimentos, desde o temor pelas florestas, à crença nos seus elementos metafísicos, até às valorizações de ordem sagrada manifestadas pelos cultos pagãos das civilizações ancestrais. Para Miller 1997 (apud Oliveira, 2004, p.33), encontram-se registos de proteção de áreas na Índia milenar, quando, em 252 a.C., o imperador Ashoka concedeu proteção às áreas florestadas. Em termos de estatutos legais, Davenport e Rao (2002, apud. Oliveira, 2004, p.33), destacam o estabelecimento de leis para proteger as áreas úmidas das planícies do nordeste chinês durante o século VI d.C. e, de igual modo, os severos castigos infligidos pelos Incas, no Peru, sobre os invasores de espaços destinados à reprodução da vicunha, camelídeo andino, produtor de lã.

³Plano de Manejo é o documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelecem o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais. Art. 2º, inciso XVII da Lei 99-85/2000. A mesma legislação indica que Zoneamento é a “definição de setores ou zonas em

uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz” (PLANALTO, 2011).

⁴Aspecto da vegetação de um lugar.

⁵Conforme relatado por Santana (2002) a primeira diz respeito a uma rocha que se encontra no topo da Serra e que, segundo os nativos da região, apresenta um formato de Carneiro o qual todo fim de tarde brilha intensamente. Várias pessoas tentaram pegar essa rocha, mas quando elas se aproximavam, o seu brilho acabava. A partir de então, os moradores começaram a dizer que só pessoas de coração puro poderiam tomar posse daquela rocha. E ela se encontra lá, até os dias de hoje, esperando por aquele que será puro o suficiente para retirá-la do local.

⁶O nome Poço das Moças, faz referência a um dos lugares mais visitados da área pelos turistas. Reza a crença, que as águas desse poço eram muito cristalinas e que por conta disso, somente mulheres virgens e de coração puro poderiam se banhar nas suas águas. Até que certo dia, uma mulher má e com o coração cheio de ódio, caiu dentro do poço e as águas ficaram escuras, como se tem até hoje, tudo por causa da impureza dessa mulher (SANTANA, 2002). Tem-se, portanto, um repertório de crenças, lendas, rituais que povoam o imaginário da população do entorno do Parque bem como um mosaico de manifestações místico-religiosas cujas práticas asseveram a sacralidade cultivada pela população do entorno de muitos territórios naturais.

⁷Anfíbios e répteis.

Agradecimentos:

- ICMBIO-Parque Nacional da Serra de Itabaiana/PARNASI;
- Sidjan Peixoto, Elias Silva e David Carvalho, pela cessão das fotos.

Luis Henrique de Souza: Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.

Email: luis_rce@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3880951404370369>

Marcus Vinicius Noronha de Oliveira: Refúgio de Vida Silvestre da Mata do Junco, Capela, SE, Brasil.

Email: mv_bioufs@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9410835012021974>

Data de submissão: 02 de fevereiro de 2012

Data de recebimento de correções: 17 de fevereiro de 2012

Data do aceite: 22 de fevereiro de 2012

Avaliado anonimamente